



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

## RELATÓRIO - PRE/DG/SGA/NUP

### RELATÓRIO COMPLEMENTAR - PREGÃO 007/2021

**Pregão Eletrônico, para REGISTRO DE PREÇOS, visando eventual aquisição de eletrodomésticos e eletroeletrônicos**

Considerando que esta pregoeira não seguiu o padrão deste Órgão, qual seja: diligenciar à empresa BRASUMIX LICITAÇÕES LTDA para que se manifestasse sobre as ‘Ocorrências Impeditivas Indiretas’ antes de fazer a sua habilitação, e de que o pedido de esclarecimentos acerca das ocorrências deveria ter sido feita via *chat* do próprio sistema para que todos as demais concorrentes tivessem ciência da questão, seguimos a determinação de reabrir o Pregão nº 07/2021, relativamente aos itens 4, 15 e 16, e seguimos as recomendações da ASJUR no seu Parecer 153.

Assim, no dia 02/06/2021 foi informado, através do sistema, que o certame seria reaberto para os itens 4, 15 e 16, quais eram os motivos e foi remarcada a reabertura para o dia 07/06/2021.

Na reabertura foram informados os fatos relativos às ‘Ocorrências Impeditivas Indiretas’ registradas no SICAF da empresa BRASUMIX LICITAÇÕES LTDA, a sua ligação com a anterior BRASUMIX EIRELI e os indícios de que essa foi constituída para burlar a aplicação das penalidades de impedimento de licitar. Com isso, foi concedido à empresa BRASUMIX LICITAÇÕES LTDA o prazo de 48 horas para que apresentasse alegações em sua defesa, solicitando o envio de anexo via sistema. Ultrapassado o prazo, não houve qualquer manifestação.

Decidiu-se pela inabilitação da BRASUMIX LICITAÇÕES LTDA com base nas evidências de que a empresa foi criada com o objetivo de fugir das penalidades impostas à BRASUMIX EIRELI. Essas evidências são claras ao considerarmos que: (1) o proprietário da BRASUMIX EIRELI era o senhor Bruno Quirino Lima, (2) várias das penalidades foram impostas durante a sua gestão, (3) a BRASUMIX LICITAÇÕES LTDA possui objeto similar ao da BRASUMIX EIRELI, (4) também é administrada por Bruno Quirino Lima, com 99% da participação societária, e (5) a saída de Bruno Quirino Lima da BRASUMIX EIRELI ocorreu apenas em março deste ano.

Os motivos para a inabilitação foram informados via *chat*: que aplicaríamos o princípio da desconconsideração da personalidade jurídica, prevista no art. 50 do Código Civil, e transcrevemos o entendimento do TCU emitido no Acórdão nº2.218/2011, 1ª Câmara, Rel. Min. José Múcio Monteiro, DOU de 19.04.2011.

Também, a decisão de inabilitação da empresa se baseou no Acórdão nº 1.831/2014 – Plenário, do TCU que diz:

*“6. Em meu modo de ver, três características fundamentais permitem configurar a ocorrência de abuso da personalidade jurídica neste caso:*

- a) a completa identidade dos sócios-proprietários;*
- b) a atuação no mesmo ramo de atividades;*
- c) a transferência integral do acervo técnico e humano.”*

E o Superior Tribunal de Justiça, no MS 15.166 (rel. Min. Castro Meira, DJ 08.09.2003), diz:

*“A constituição de nova sociedade, com o mesmo objeto social, com os mesmos sócios e com o mesmo endereço, em substituição a outra declarada inidônea para licitar com a Administração Pública Estadual, com o objetivo de burlar à aplicação da sanção administrativa, constitui abuso de forma e fraude à Lei de Licitações Lei nº 8.666/93, de modo a possibilitar a aplicação da teoria da desconconsideração da personalidade jurídica para estenderem-se os efeitos da sanção administrativa à nova sociedade constituída.”*

Com a inabilitação da BRASUMIX LICITAÇÕES LTDA, consultamos as demais empresas classificadas para os itens 4, 15 e 16, ROSARIA NATALINA GOMES e DOMINIO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS, se estes atendiam às especificações do edital e negociamos a redução dos valores, tentando obter melhores preços. No entanto, informaram não poder reduzir e confirmaram o atendimento às especificações. Verificada a aceitabilidade dos preços unitário e total, bem como a confirmação da conformidade dos produtos ofertados às especificações previstas do edital, procedemos à sua aceitação, tudo conforme registrado na Ata Complementar Nº 1 do Pregão acostada aos autos, doc. nº 1646872

Mesmo sendo empresas que já haviam vencido itens no pregão, seguimos então para a reanálise da documentação das empresas, passando-se para a fase de habilitação. Consultamos novamente o SICAF e verificamos que as duas empresas estão com todas as certidões válidas e não possuem ocorrências ou impedimentos; as certidões de falência e concordata apresentadas na primeira fase do pregão continuam válidas e consultamos novamente o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ e ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), em nome da empresa e dos sócios majoritários.

Por fim, foi informado no *chat* que a empresa ROSARIA NATALINA GOMES foi a vencedora para o item 4 e DOMINIO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS para os itens 15 e 16.

Realizada a habilitação das empresas vencedoras, abriu-se então o prazo para registro de intenção de recursos para os itens ‘aceito e habilitado’, mas nenhuma empresa se manifestou, sendo adjudicados os itens para as empresas habilitadas.

Seguindo a orientação constante do Parecer nº 267/2019 da ASJUR de que *"decidindo-se o Pregoeiro pela inabilitação, o que corresponde a concluir pelo indício de fraude, tal fato será comunicado à SELIC, para que se instaure o processo de apuração de responsabilidade"*, criamos o processo SEI nº 0011699-65.2021.6.05.8000 visando a apuração de responsabilidade da empresa BRASUMIX LICITAÇÕES LTDA.

Em conclusão, para os itens 4, 15 e 16, tivemos as seguintes empresas vencedoras:

- Item 4, ROSARIA NATALINA GOMES 72194286691, CNPJ 40.554.711/0001-22, no valor total de R\$ 17.100,00. No entanto, a contratação total da empresa é de R\$ 64.680,00, incluindo os itens 1, 2, 3 e 35 já homologados;
- Itens 15 e 16, DOMINIO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS - EIRELI, CNPJ 18.527.195/0001-98, no valor total de R\$ 80.700,00. No entanto, a contratação total da empresa é de R\$ 91.600,00, incluindo o item 26, já homologado.

Anexamos as novas consultas feitas referentes à habilitação das empresas (docs. nº 1646877 e 1646878), também, o documento “Resultado por Fornecedor” gerado pelo Sistema (doc. nº 1646884) e por fim, foram adjudicados os itens licitados, na forma do termo colacionado aos autos (doc. nº 1646890).

É o Relatório, que ora se submete à apreciação da Diretoria Geral deste Regional.

De ordem, encaminho os autos à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

**Cristiana Maria Paz Lima Soares**

## Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **Cristiana Maria Paz Lima Soares**, **Técnico Judiciário**, em 11/06/2021, às 07:53, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1647182** e o código CRC **03371214**.